



Ismar Becker

beckerismar@gmail.com

Política podre

Metade dos brasileiros dizem que o Presidente é péssimo. A outra metade que nunca antes na história deste país tivemos um presidente tão bom. Como vivemos no mesmo país uma das metades está errada. Vamos ver por que este erro começa nos municípios?

Desde 2013 público minhas reflexões em A GAZETA. Defendo minhas posições LIBERAIS: propriedade privada, livre mercado, meritocracia e democracia. Sem uma delas as outras não se sustentam. Não escrevo sobre política local. Tive que parar durante a campanha para prefeito em 2020.

Hoje farei uma exceção para contar como funcionam as gestões municipais, e o que aprendi como candidato. Apertem os cintos e tirem as crianças da sala.

POR QUE FUI CANDIDATO

Como presidente da Associação Empresarial, tive a oportunidade de interagir com o Executivo e o Legislativo. Onde muitos veem problemas, vi oportunidades. A soma da competência de muitos servidores, com práticas de gestão de empresas privadas, já tinha feito milagres em Jaraguá do Sul, Rio do Sul e Campos Novos. Pensei com meus botões: Por que não tentar repetir o que meu pai fez quando prefeito em 1965?

PROPOSTAS

Em conjunto com Eliane Hübl, candidata a vice, e pessoas com experiência em cada área, elaboramos um plano que tinha como lema: SAUDE PARA HOJE – EDUCAÇÃO PARA AMANHÃ, que cabia em uma página, com cinco pilares:

SAUDE: Prevenir é melhor do que curar.

EDUCAÇÃO: Jovens preparados para a Nova Economia.

SOCIAL: Cuidar que quem mais precisa.

GESTÃO: Fazer mais e melhor, com menos.

PLANEJAMENTO: Planos para 30 anos, não para um mandato.

Cada pilar tinha somente três propostas, para serem facilmente lembradas e cobradas.

POR QUE PERDI?

Por falta de espaço vou citar somente um er-

ro, em três dos pilares, além de outro de estilo.

-Saúde: Digitalizar controle de consultas e exames. Além de facilitar a vida do cidadão, permitiria controlar a produtividade dos profissionais da saúde. Adivinha quem não foi contra? -Educação: Adequar currículos para a nova economia. Isto incluiria classes de empreendedorismo, que é quase um palavrão para plano curricular de esquerda. Lá se foram alguns milhares de votos. -Gestão: Escolha dos secretários e diretores por meritocracia, preferencialmente entre servidores de carreira. Muitos dos “apoiadores” se afastaram. Três chances para dizer onde alguns passaram os últimos anos?

A política é a arte de combinar três competências: LOGUS (Lógica, Razão, Fatos), ETHOS (Caráter, Ética, Credibilidade) e PATHOS (Emoção, Paixão, Empatia). Seguramente faltou o Pathos. Se tivesse mentido mais, faria os eleitores de patos, mas poderia ter ganho.

AVALIAÇÃO ÚLTIMOS ANOS

“Se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”. Esta frase do romance O Leopardo resume o que foi a gestão dos últimos anos. Mais do mesmo.

Mudanças cosméticas; gestão ineficiente, proliferando nos cargos de confiança (com raras

e boas exceções); nenhuma obra ou planejamento para os próximos 10 anos, sufocação ou cooptação das oposições, são algumas das heranças que ganhamos de presente.

Pior do que isto são duas bombas relógio para as próximas gerações: Indenização Odebrecht, rombo no Ipresbs.

RELATÓRIO PREFEITO

Até hoje me surpreendo com os 9.946 votos que eu e a Eliane ganhamos. Gostaria de ter a oportunidade de agradecer a cada um deles. Para que pensem nas próximas eleições, coloco algumas perguntas para o eleitor. Como seria nossa querida São Bento se tivéssemos uma gestão composta de pessoas técnica e eticamente competentes? Com líderes com coragem de tomar decisões difíceis? Com respeito ao dinheiro dos impostos? Que pense na cidade para daqui a 30 anos?

Ismar Becker é empresário e escreve quinzenalmente às quintas-feiras.



Alexandre Garcia

editoria@gazetasbs.com.br

Sem freios e contrapesos

Quando se fala sobre o funcionamento da democracia, começa-se com o sistema de freios e contrapesos, em que os três poderes de estado mutuamente se controlam. O Conselho Nacional do Ministério Público dá exemplos disso: “o Legislativo julga o Presidente da República e os ministros do Supremo; o Presidente da República tem poder de veto a projetos aprovados no Congresso; o Judiciário tem poder de anular atos inconstitucionais ou ilegais dos demais poderes.” É bom lembrar que, pela Constituição, compete ao Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados”. Ao Poder Legislativo cabe expressamente fiscalizar e controlar os atos do Executivo e zelar pela preservação de sua própria competência, como manda a Constituição.

Não custa lembrar que, ao garantir a liberdade de informação sem censura, a Constituição pressupõe que, entre os freios e contrapesos, há controle da mídia sobre os órgãos do estado. “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”. Isso quer dizer que também a mídia integra o sistema de freios e contrapesos. Ainda mais importante nesse controle são as garantias da cláusula pétrea da Constituição: a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato; o direito de

resposta; o acesso à informação; a liberdade de reunião pacífica.

Esse amplo conjunto de forças é como uma convergente assembleia nacional em que poderes e interesses se digladiam, debatem, se somam, se misturam e convivem, resultando no que chamamos de democracia. Quando há freios e contrapesos, como pensou Montesquieu, há equilíbrio. Quando não há, existe a imposição de vontade, de arbítrio, e não da lei e do interesse médio comum ou da maioria. Aí, não é democracia. Sobre tudo quando a vontade de poucos se sobrepõe à Constituição e fere direitos básicos - aí é sinal de que o sistema já se desequilibrou, sem freios e sem contrapesos.

Quando a voz das ruas se perde na indiferença dos palácios; quando a voz da mídia se cala e não reflete as opiniões nacionais; quando a voz dos legisladores se acovarda e o Congresso deixa de ser caixa de ressonância da nação; quando há vozes monocráticas; então é preciso pensar o que se quer para a atual e futuras gerações de brasileiros vitimadas pelo esquecimento da importância vital da Constituição; ou que - alienados ou ingênuos - não sabem que o estado existe para servir a Nação, e não para tolher-lhe as liberdades e garantias de Direito e Justiça. Todos somos responsáveis mas, acima de tudo, devem responder perante a Nação aqueles que, por dever de ofício, juraram manter, cumprir e defender a Constituição.

Alexandre Garcia é jornalista e apresentador. Escreve às quintas-feiras sobre economia e política.